

# CÂMARA DOS DEPUTADOS

**MANHÃ**

**Aplicação: 2014**

## PROVA DISCURSIVA $P_3$

**Leia com atenção as instruções abaixo.**

- 1** Ao receber este caderno de prova, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo para o qual você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado no seu Caderno de Textos Definitivos da prova discursiva  $P_3$ . Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de prova. Em seguida, verifique se ele contém as propostas para a elaboração de uma dissertação e um discurso, correspondentes à prova discursiva  $P_3$ , acompanhadas de espaços para rascunho, de uso opcional. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais ou aos dados do cargo para o qual você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2** Não serão fornecidas folhas suplementares nem para rascunho nem para texto definitivo da prova discursiva.
- 3** Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4** Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e à transcrição dos textos para o Caderno de Textos Definitivos da prova discursiva  $P_3$ .
- 5** Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe o seu Caderno de Textos Definitivos e deixe o local de prova.
- 6** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou no Caderno de Textos Definitivos poderá implicar a anulação da sua prova.

### **OBSERVAÇÕES:**

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; sac@cespe.unb.br; Internet — www.cespe.unb.br.

## PROVA DISCURSIVA P<sub>3</sub>

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso queira, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA P<sub>3</sub>**, nos locais apropriados, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- Tanto na dissertação quanto no discurso, o texto cuja extensão esteja aquém da extensão mínima de **100 linhas**, prevista em edital, será apenado, e qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito nas **folhas de texto definitivo** correspondentes.
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado. Caso algum texto definitivo tenha de ser assinado, use apenas o nome **Consultor Legislativo**. Ao texto que contenha outra forma de identificação será atribuída nota zero, correspondente à identificação do candidato em local indevido.
- Na dissertação, ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **60,00 pontos**, dos quais até **3,00 pontos** serão atribuídos ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado). Para o discurso, esses valores corresponderão a **40,00 pontos** e **2,00 pontos**, respectivamente. Também no discurso, do total de até **40,00 pontos** para o domínio do conteúdo, até **2,00 pontos** serão atribuídos ao quesito domínio da linguagem do discurso parlamentar.

### DISSERTAÇÃO

Redija um texto dissertativo, com base no disposto na Constituição Federal de 1988 (CF), acerca de processo legislativo na esfera federal, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ conceito de processo legislativo, atos que integram esse processo, espécies normativas primárias enumeradas na CF, hierarquia entre essas espécies; [valor: 6,50 pontos]
- ▶ definição e diferenciação de procedimento legislativo ordinário, sumário e especial; [valor: 6,50 pontos]
- ▶ legitimados para a apresentação de projetos de leis ordinárias e complementares, requisitos para o exercício da iniciativa popular; [valor: 6,50 pontos]
- ▶ distinção entre espécies de iniciativa reservada e vinculada, um exemplo de cada espécie; [valor: 5,50 pontos]
- ▶ comparação entre legitimação para propositura de lei ordinária e legitimação para propositura de emendas constitucionais, legitimados a essas proposições, cabimento ou não de iniciativa popular; [valor: 5,50 pontos]
- ▶ cabimento de iniciativa reservada no procedimento de emenda constitucional; [valor: 5,50 pontos]
- ▶ limitações circunstanciais à propositura de emendas constitucionais, competência para a promulgação dessas emendas, sanção e veto pelo chefe do Poder Executivo; [valor: 5,50 pontos]
- ▶ cláusulas pétreas expressas, comandos do legislador constituinte originário a respeito dessas cláusulas; [valor: 5,50 pontos]
- ▶ comparação entre a vedação à reapreciação, em uma mesma sessão legislativa, de proposta de emenda à Constituição (PEC) rejeitada ou havida por prejudicada e a irrepetibilidade de projeto de lei; [valor: 5,50 pontos]
- ▶ requisitos de quórum e votação para a aprovação de emenda constitucional. [valor: 4,50 pontos]

**RASCUNHO – DISSERTAÇÃO – 1/4**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**RASCUNHO – DISSERTAÇÃO – 2/4**

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

**RASCUNHO – DISSERTAÇÃO – 3/4**

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

**RASCUNHO – DISSERTAÇÃO – 4/4**

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

## DISCURSO

Um projeto de lei que propõe a abolição da prisão civil do devedor inescusável de alimentos está em vias de ser votado. Por isso, um deputado federal ocupou a tribuna para sustentar que nada há que justifique a manutenção da hipótese de prisão civil, técnica executiva de eficácia duvidosa que fere o direito à liberdade e representa, hoje, punição por dívida. Assim, o referido deputado defendeu a abolição de qualquer previsão de prisão civil no ordenamento brasileiro, pugnando, para isso, pela aprovação do referido projeto de lei.

Com base nas informações hipotéticas acima, redija um discurso parlamentar em resposta à manifestação do deputado que pugnou pela aprovação da proposição, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ tentativa de abolição de qualquer previsão de prisão civil por projeto de lei; [**valor: 8,00 pontos**]
- ▶ eficácia da prisão civil como técnica de execução indireta por coerção — não punição — pessoal que excepciona o princípio da responsabilidade patrimonial na execução; [**valor: 14,00 pontos**]
- ▶ valores em conflito que justificam a prisão civil em nosso ordenamento: direito à liberdade *versus* dignidade da pessoa humana e direito à vida, sendo estes assegurados por meio dos alimentos. [**valor: 14,00 pontos**]

**RASCUNHO – DISCURSO – 1/4**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**RASCUNHO – DISCURSO – 2/4**

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

**RASCUNHO – DISCURSO – 3/4**

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

**RASCUNHO – DISCURSO – 4/4**

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	



**cespeUnB**

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos